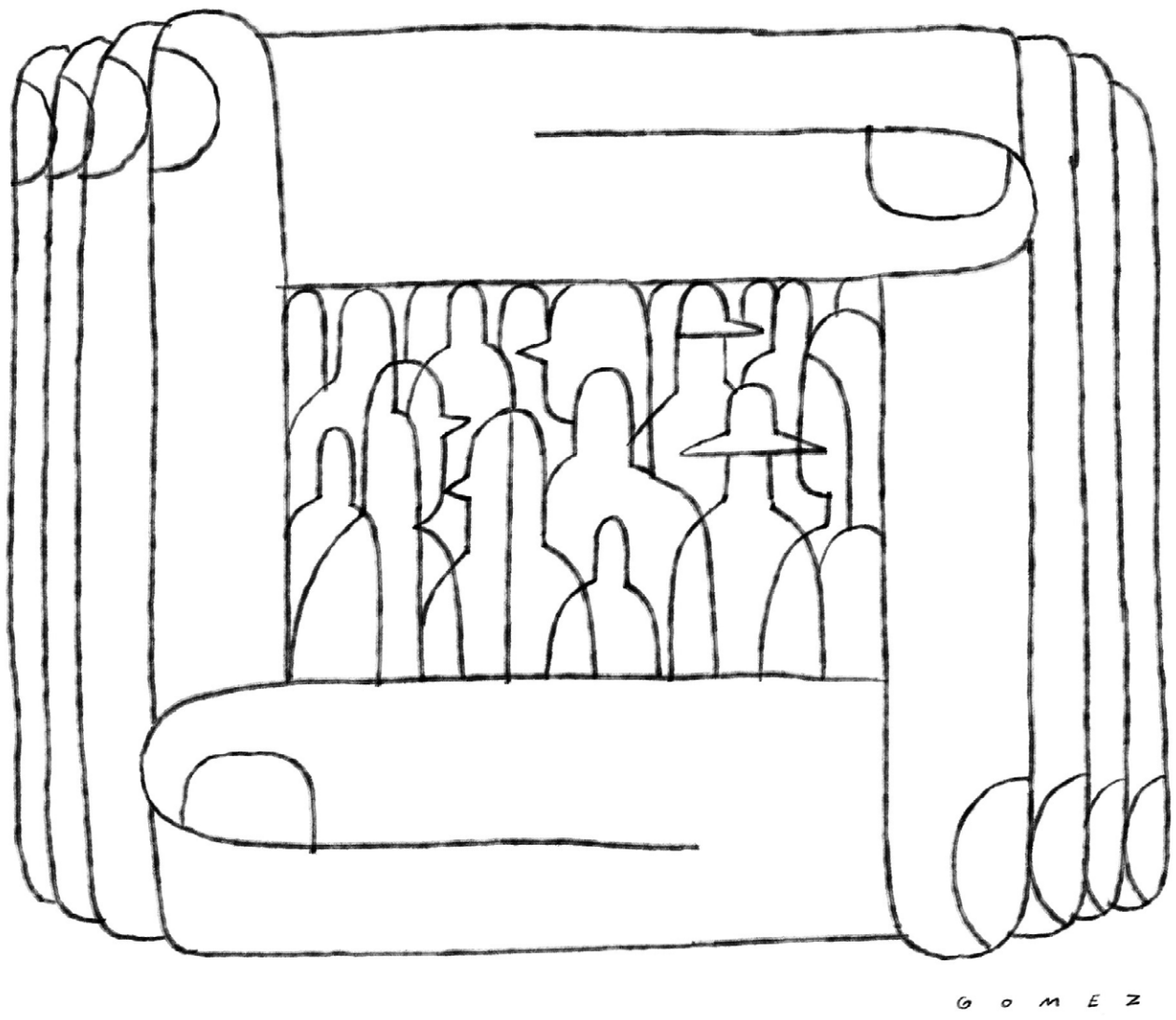
Democracia relativa



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Nos anos 1970, século passado, os porta-vozes dos sucessivos governos militares no Brasil justificavam a supressão dos direitos individuais e a censura à imprensa com uma afirmação simples e objetiva: a democracia é relativa. Esse conceito justificava o governo fechado, distante do público, com Congresso manietado pelas sucessivas cassações de mandatos dos parlamentares. Mas ocorreram eleições, diretas ou indiretas, ao longo de todo o período. Esse era o índice de relatividade democrática do Brasil da época.

O presidente Lula ainda não percebeu que os tempos mudaram, nem que ele vive no século 21, em que o comunismo só remanesceu na China capitalista. Pior: que os governos de esquerda na América Latina se transformaram em ditaduras puras e simples, sem qualquer relação com os ideais socialistas. Em nome de um marxismo fora de época, os líderes da esquerda latino-americana vivem no passado. E se transformaram em autocratas.

Mas é doloroso ouvir Lula dizer que a democracia é relativa para defender o regime de Maduro na Venezuela. É a mesma frase e o mesmo argumento defendido por pessoas do quilate de Armando Falcão, ministro da Justiça do governo Geisel. O governo do sucessor de Chávez, que prende e silencia opositores, censura a imprensa, cerceia o parlamento, é desastroso para o país com a maior reserva de petróleo do mundo, superior à da Arábia Saudita. No entanto, vive em profunda crise econômica.

Equívoco político pesado do presidente brasileiro. Ele estigmatizou o recente encontro de presidentes realizado em Brasília por ter mencionado que as críticas ao venezuelano são, na realidade, narrativas da oposição. O presidente do Uruguai contestou imediatamente. Outros presidentes também divergiram do brasileiro. O objetivo era, apenas, reintroduzir Maduro no circuito político latino-americano, nada mais. Lula se excedeu naquele momento e laborou em equívoco na recente entrevista a uma emissora de rádio.

Não foi atitude inteligente do presidente brasileiro. Aos trancos e barrancos a economia brasileira está se integrando à corrente de comércio mundial. O agronegócio, que sustenta o Produto Interno Bruto, é realizado em dólares através de complicadas operações de exportação e importação de fertilizantes da Rússia, por exemplo. A política externa hoje tem mais influência na política interna do que jamais ocorreu na história do Brasil. Quanto mais à esquerda, mais ele perde votos no numeroso eleitor conservador, que já se mostrou mobilizado e atento.

Os novos tempos apareceram nos resultados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os brasileiros que moram no Brasil somam 203.062.512 pessoas, pequeno aumento de 12 milhões na população que aqui vivia em 2010. A região que mais cresceu foi o Centro-Oeste, o que demonstra o acerto do presidente Juscelino Kubitschek em transferir a capital para o centro do país. Brasília, aliás, já é a terceira maior cidade atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. O que chama a atenção é o pequeno crescimento da população. Acabou aquele período de explosão populacional. Nunca o país cresceu tão pouco. Salvador e Rio de Janeiro viram sua população diminuir. As cidades que mais cresceram estão ao longo do ciclo da soja no Centro-Oeste. Uma delas, Parauapebas, no Pará, responde a outra lógica. É a cidade voltada para dar apoio à gigantesca operação da Vale na Serra dos Carajás, onde fica a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo. A estrada de ferro da Vale, além de levar o produto, carrega também passageiros daquela localidade até cidade próxima a São Luís do Maranhão.

O reduzido crescimento se explica por vários caminhos. As epidemias de covid-19 e de zika provocaram muitas mortes e inibiram o nascimento de brasileiros. Mas muitos nacionais decidiram viver em outros países. Só em Portugal, há mais de 250 mil legalmente registrados. Nos Estados Unidos, somam mais de um milhão. Os brasileiros, cansados dos políticos, decidiram viver em outro país, mais organizado e menos confuso. Na Austrália, há importante contingente de brasileiros.

Essa é a fotografia dos novos tempos no Brasil. Menos crescimento significa menor necessidade de construir escolas, creches e outros equipamentos urbanos, mas exige melhor educação, mais saúde, para que haja mais produtividade e geração de renda, que, dividida por menos gente, tende a crescer. Muito ainda vai se escrever e discutir sobre quem herdará o espólio de Bolsonaro e quais são os possíveis candidatos à Presidência da República em 2026. Os governadores são candidatos óbvios. Mas o vice-presidente, Geraldo Alckmin, sabe correr por fora, costurar alianças em silêncio e perceber o momento certo para colocar seu bloco na rua.

Planos diretores: as ótimas lições de São Paulo ao país

» PAULO SOLMUCCI
Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

A sucessão das acirradas audiências em torno da revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo chamou a atenção dos brasileiros de outros estados que acompanham o noticiário nacional. A maioria das audiências havia sido travada em um clima de bipolarização, sempre deixando transparecer os nervos à flor da pele. O clima pesado não chegou a transbordar para manifestações de rua. Esteve circunscrito a auditórios.

Entre os vários pontos que incendiaram o ambiente de iradas discórdias, de um lado situaram-se os que queriam, por exemplo, manter preservadas mais ortodoxamente as linhas gerais do atual e realmente excepcional PDE, que passou a vigorar em 2014, na gestão do então prefeito Fernando Haddad. No lado oposto, estiveram os que, por exemplo, propunham prédios ainda mais altos, com a respectiva ampliação do número de vagas de automóveis em cada um dos novos edifícios.

O que se passou — entre as quatro paredes da Câmara Municipal e nas incontáveis audiências promovidas pelos movimentos sociais da maior cidade do Brasil — já se constituiu um benfazejo acontecimento, sem precedente no país. O desfecho dos embates acabou sendo altamente positivo.

Enfim, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em votação definitiva, em 26 de junho, a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo. O texto ainda passará pela sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB). O vereador Rodrigo Goulart (PSD), relator do projeto de revisão, conduziu com muito bom senso o seu trabalho, que culminou nesse pacífico e conciliado desfecho. E há uma valiosíssima leitura que se pode extrair de todos os já mencionados embates travados na Paulicéia. É a seguinte: São Paulo sinalizou ao Brasil inteiro a importância que se deve dar aos planos diretores.

Os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes são legalmente obrigados a traçar um plano diretor estratégico, sob pena de improbidade administrativa. A exigência de ter o plano recai sobre 31,6% dos municípios brasileiros, que somam 84% da população nacional. Mesmo assim, o urbanismo continua sendo um tema negligenciado nos 5.570 municípios destes trópicos. Um dos motivos que podem explicar o desinteresse popular (e, consequentemente, político) pelos planos diretores é a extrema complexidade dos respectivos textos.

E aí, novamente, com o diagnóstico de agora, São Paulo presta mais um valioso serviço ao Brasil. Com a simplificação da linguagem, tornando-a mais acessível à maioria da população, os planos diretores passarão a ser reconhecidos como de altíssima relevância para os milhões de brasileiros que vivem em municípios onde eles são obrigatórios. Quem publicamente diagnosticou a inaceitável complexidade nos textos dos planos diretores foi, em audiência pública na Câmara Municipal, a professora do Insper Bianca Tavolari.

Ela afirmou que até mesmo seus alunos de mestrado encontram severas dificuldades em decifrar o que está escrito nos planos diretores, aridamente repletos "de siglas e nomes de instrumentos". A lógica e as regras dos planos diretores têm de ser tão claras quanto as do futebol, que são temas até mesmo nas mesas dos botecos, bares e restaurantes. O Plano Diretor refere-se às nossas ruas, aos nossos bairros, à nossa cidade. Daí por que o arquiteto Nabil Bonduki já ter dito (isso há quase uma década) que, tradicionalmente, o poder público não dá importância à questão urbana. Com raríssimas exceções, continua assim.

O prefeito da cidade com mais de 20 mil habitantes pode até perder o mandato se não fizer o plano diretor. Mas, mesmo se fizer, não tem nenhuma obrigação legal de cumpri-lo. Por isso, o arquiteto Washington Fajardo, ex-secretário municipal de Planejamento Urbano do Rio de Janeiro, defende o ponto de vista de que deveria haver uma Lei de Responsabilidade Urbana, semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal. Deveria mesmo.

O alto preço da obesidade

» ANTONIO MARTIN
CEO da RHMED|RHVIDA e presidente da Associação de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional

Nas últimas décadas e de forma mais rápida depois da pandemia, o excesso de peso da população assume contornos alarmantes em nível planetário. A prevalência da obesidade vem crescendo em quase todo o mundo, com velocidade especialmente acelerada no Brasil. Especialistas consideram que estamos vivendo uma epidemia, um problema de proporções gigantescas, com implicações nocivas para a sociedade, sistemas de saúde pública e privada e até mesmo para a economia.

O *Atlas Mundial da Obesidade de 2023* indica que mais da metade da população mundial estará com sobrepeso ou obesidade em 2035. No Brasil, a estimativa é de que 41% dos adultos ingressarão nesse grupo no mesmo período.

Outra pesquisa, publicada na revista científica *BMJ Global Health*, revela que o percentual de pessoas obesas ou com sobrepeso no Brasil deverá chegar a 88,1% em 2060, resultando em um impacto econômico de US$ 218,2 bilhões (mais de R$ 1 bilhão). A previsão é de que esse índice represente 4,66% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro também em 2060. Ainda de acordo com o estudo, o impacto econômico em nosso país será de US$ 220 milhões (R$ 1,3 trilhão), o décimo maior custo entre os 161 países estudados.

Vale lembrar que, além de doença multifatorial e complexa, a obesidade funciona como coeficiente de risco. Fora os malefícios diretos provocados pelo excesso de gordura, a doença potencializa o surgimento de outras complicações, como diabetes tipo 2, câncer, pressão alta, danos cardiovasculares e problemas na coluna e articulações.

As consequências nefastas da obesidade na economia não se limitam aos elevados custos médicos, mas incluem outros gastos indiretos e sociais: diminuição da qualidade de vida, depressão, perda de produtividade, aposentadorias por incapacitação e óbitos precoces.

No Brasil, estudo da USP mostra que os custos diretos com tratamentos ambulatoriais e hospitalares de aproximadamente 30 doenças estão relacionados ao excesso de peso e à obesidade. O resultado mostrou que dos R$ 6 bilhões utilizados em 2019, com tratamento de doenças crônicas, aproximadamente 22% (ou R$ 1,5 bilhão) foram atribuídos ao excesso de peso e à obesidade.

Com o conhecimento dos custos relacionados à obesidade, análises econômicas podem ser realizadas para ajudar gestores e formuladores de diretrizes a compreender melhor a dimensão do problema e — na minha visão, o mais importante — traçar estratégias que melhorem o acesso não só aos tratamentos, mas principalmente às políticas de prevenção. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) assegura que uma alimentação inadequada no ambiente de trabalho pode reduzir em até 20% a produtividade e a eficiência dos colaboradores.

Diante desse cenário, o que fazer? É preciso, o quanto antes, priorizar e investir num conjunto de medidas que reduzam o avanço da doença, combatendo sua incidência já na raiz. Entre essas estratégias, estão medidas de incentivo à alimentação adequada e saudável e à prática de atividades físicas, gerando maior bem-estar e qualidade de vida, além de contribuir para o aumento da produtividade. Precisamos fazer com que funcionários das empresas levem a sua casa e amigos hábitos saudáveis, se tornando multiplicadores de boas práticas. Trabalhadores felizes produzem melhor e se sentem mais felizes, contribuindo para um ambiente laboral igualmente baseado no bem-estar e no colaboracionismo.

Uma análise rápida já deixa claro que os números dizem muito sobre os nossos atuais hábitos cotidianos: consumo desmedido de alimentos ultraprocessados, ricos em sal, gordura e açúcares, e sedentarismo. Além do mais, a pressa nos leva a engolir os alimentos e reduzir o consumo de água.

Creio que os resultados serão muito mais rápidos e eficazes se trabalharmos em conjunto: setor privado, poder público, entidades e sociedade em geral. Uma ampla parceria que estimule alimentação adequada e a prática de atividades físicas. Espaços de convivência em áreas abertas — como em praças, praias e parques — podem ser equipados com estações adequadas à prática de exercícios físicos, como já acontece no Rio de Janeiro e em São Paulo, para citar apenas duas cidades do nosso continental país.

Está na hora de formular uma cultura alimentar de qualidade. Um bom começo é adotar nas empresas o Guia alimentar para a população brasileira, produzido pelo Ministério da Saúde. No texto, há indicações de alimentos in natura ou minimamente processados, a chamada comida de verdade.

Ambientes escolares e de trabalho também podem incentivar hábitos saudáveis por meio da estrutura física oferecendo lugares apropriados para as pessoas fazerem as refeições. No âmbito da atividade física, é importante pensar e instalar ambientes urbanos que favoreçam a prática. Estamos falando de ciclovias, parques, calçadas adequadas e quadras públicas, por exemplo.

Não podemos perder de vista também que saúde é uma questão de educação. Se ensinarmos desde cedo a nossas crianças e adolescentes que a alimentação equilibrada evita uma série de problemas vindouros, estaremos construindo um novo futuro para as próximas gerações.